



A EFICÁCIA DA VONTADE DIVINA EM LUÍS DE MOLINA

JOÃO REBALDE¹

RESUMO: Este artigo analisa a interpretação que o jesuíta Luís de Molina (1535-1600) faz da controversa passagem da primeira epístola de São Paulo a Timóteo: *Deus quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade* (1 Timóteo 2:4). Na análise da interpretação, identificam-se as principais fontes com que Molina dialoga (Agostinho, João Damasceno e Tomás de Aquino) e estuda-se a doutrina de Molina sobre a eficácia da vontade e da ciência divinas (através da distinção de diferentes sentidos de vontade em Deus e da doutrina da ciência média).

PALAVRAS-CHAVE: Molinismo; vontade divina; ciência média; liberdade e salvação.

ABSTRACT: This article analyzes the Jesuit Luis de Molina's (1535-1600) interpretation of the controversial passage from St. Paul's first epistle to Timothy: God wants all men to be saved and to come to the knowledge of the truth (1 Timothy 2:4). In the analysis of the interpretation, the main sources with which Molina dialogues are identified (Augustine, John Damascene and Thomas Aquinas) and Molina's doctrine on the efficacy of divine will and knowledge is studied (through the distinction of different meanings of will in God and the doctrine of middle knowledge).

KEYWORDS: Molinism; divine will; middle knowledge; freedom and salvation.

1. Introdução

No artigo 6 da questão 19 da primeira parte da *Suma de teologia*, Tomás de Aquino pergunta se a vontade de Deus se cumpre sempre (TOMÁS DE AQUINO, 2001, I, q. 19, art. 6). Na resposta conclui que a vontade divina é a causa universal de todas as coisas e que é inevitável que numa ou noutra ordem se produza o seu efeito (ibidem). Na resposta à primeira objeção do artigo discute, apoiando-se na leitura de Agostinho e principalmente de João Damasceno, a melhor forma de interpretar a passagem da primeira epístola de São Paulo a Timóteo: *Deus quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade* (1 Timóteo 2:4). Tomás assume a distinção entre vontade antecedente e vontade consequente,

¹ Investigador do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Doutor em Filosofia pela Universidade do Porto. Este artigo é um resultado de investigação do projeto “Será que Deus conhece os contingentes? A origem da doutrina da ciência média no séc. XVI” (EXPL/FER-FIL/1410/2021), desenvolvido no Instituto de Filosofia da Universidade do Porto e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). E-mail: jrebalde@letras.up.pt.

introduzida por Damasceno, para explicar que Deus quer com vontade antecedente que todas as criaturas se salvem e com vontade conseqüente que algumas sejam condenadas, como castigo pela má orientação moral. Esta interpretação pretende garantir que a vontade divina se cumpre sempre, mesmo que não se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade todos os homens.

O sentido da passagem de São Paulo foi objeto de discussão na obra de numerosos autores medievais. Mas a partir do século XVI, muito por causa das interpretações reformistas, a questão adquire um renovado interesse. Os reformistas centram-se na leitura de Agostinho para explicar que as palavras de São Paulo devem ser entendidas como fazendo uma referência genérica a todos os homens. A posição de Calvino é um exemplo paradigmático desta interpretação. Para Calvino a passagem de São Paulo deve ser entendida de modo genérico e restritivo e não no sentido que Deus queira salvar todos os homens particulares. A seu ver, Deus elegeu desde sempre os homens que quer salvar, separando-os dos reprovados. Portanto, a salvação dos homens particulares não depende das suas ações, dos seus méritos ou das suas decisões, depende exclusivamente da vontade divina de outorgar uma graça especial aos que elegeu. O homem não pode resistir a essa vontade nem pode conhecer a eleição e a vontade divina para além de sinais ou de preceitos revelados por Deus. Assim, Calvino rejeita que o homem possa decidir ativamente sobre a sua salvação e que a vontade divina permaneça indiferente. De outro modo considera que se destruiria o fundamento da predestinação e se abusaria das palavras de São Paulo (CALVIN, 1856, pp. 49-71, principalmente p. 54 e segs.).

Inserido no contexto dos debates da segunda metade do século XVI, e desde uma perspectiva antirreformista, Luís de Molina comenta o artigo 6, da questão 19, da primeira parte da *Suma de teologia* de Tomás de Aquino, na quinta parte da *Concordia* (MOLINA, 1953, V). O comentário de Molina contém simultaneamente uma análise da referida passagem da epistola de São Paulo e os princípios fundamentais da teoria sobre a eficácia da vontade divina e a sua relação com o livre arbítrio humano, também desenvolvidos nos *Comentários à Primeira Parte da Suma de teologia*.

2. O comentário de Molina às palavras da epistola de São Paulo

Molina discute o sentido da passagem de São Paulo tendo por base as interpretações que fizeram Agostinho, João Damasceno e Tomás de Aquino. O jesuíta interpreta da mesma maneira que os reformistas a leitura que Agostinho faz da passagem. Entende-a como uma referência geral a todo o género humano, em todos os seus estados, a todos os homens que Deus quer salvar, e não a todos os homens particulares (AGOSTINHO DE HIPONA, 1961, cap. 103).

Para corroborar esta leitura destaca o exemplo das crianças que morrem antes de nascer e que não chegam a ser batizadas, discutido por Agostinho (AGOSTINHO DE HIPONA, 1971, cap. 13; MOLINA, 1953, V, disp. 1, 13. O exemplo serve para mostrar que a vontade divina não estabeleceu de modo absoluto a salvação de todas as criaturas particulares e que a salvação não depende dos atos destas, dos seus méritos e do cumprimento da lei divina revelada.

Relativamente à interpretação de Tomás de Aquino, Molina destaca a distinção feita no referido artigo 11, da questão 19, da primeira parte (TOMÁS DE AQUINO, 2001, I, q. 19, art. 11), entre uma vontade de sinal, que é uma vontade em sentido metafórico indicadora do que Deus quer, e uma vontade de beneplácito, que é uma vontade formal e em sentido próprio. A vontade divina a que alude São Paulo seria, de acordo com esta leitura, uma vontade de sinal, que indica aquilo que Deus quer que aconteça. Como se trata de uma vontade de sinal não tem de ser eficaz de modo necessário.

Por fim, Molina discute sobre a posição de João Damasceno (JOÃO DAMASCENO, 1955, II, 29). Distingue entre aquilo que Deus quer com vontade absoluta, que inclui todas as coisas que dependem exclusivamente de Deus, e aquilo que depende do livre arbítrio das criaturas. Mas o que depende do livre arbítrio não deixa de estar dependente dos atos da vontade divina. Os atos bons produzidos pelo livre arbítrio dependem da aceitação de Deus e os atos maus dependem da permissão. Deus coopera com os atos bons e permite os atos maus, ainda que abandone a criatura que os pratica. Desta forma, a aceitação é uma vontade antecedente em Deus e a permissão é uma vontade consequente, ambas relacionadas com as ações do livre arbítrio das criaturas. Deus não quer que se realizem as más ações, quer que as causas livres possam agir em liberdade e possam concretizar contingentemente os seus efeitos. Molina ressalva que a distinção entre vontade antecedente e vontade consequente aplica-se somente aos atos produzidos pelo livre arbítrio das causas criadas. Para os atos que dependem exclusivamente da vontade divina não é necessária essa distinção.

A partir da posição de Damasceno, Molina defende que Deus criou cada uma das causas livres para que alcance a beatitude e dispôs na criação todos os meios e auxílios para que estas possam alcançá-la. No entanto, como decidiu criar causas livres, para preservar a liberdade dessas causas, não quer com vontade absoluta que alcancem a beatitude, quer apenas que alcancem com uma *vontade condicionada* dependente de estas também quererem. A mesma vontade condicionada aplica-se a Cristo, entendido como redentor universal do ser humano na condição pós-lapsária, do mesmo modo que se aplica a outros auxílios da graça com vista ao fim sobrenatural da justificação. Para Molina a vontade condicionada permite conciliar a

bondade e a misericórdia divinas com o livre arbítrio das causas criadas e as consequências morais das ações destas causas, como as suas palavras evidenciam:

uma vez que não é contraditório que Deus queira algumas coisas condicionalmente – aliás, tal como veremos, as Escrituras indicam-no, e isso está também totalmente de acordo tanto com a bondade e com a misericórdia divinas, como com a liberdade e provação a que estamos submetidos, de tal modo que podemos estender a mão para o que queiramos, seja para a vida seja para a morte – não vejo porque razão este tipo de atos se devam excluir de Deus (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 14)².

Molina, como Tomás, segue a explicação de Damasceno (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 21): Deus quer com vontade antecedente que todos os homens se salvem e com vontade consequente que alguns homens não se salvem como consequência dos seus atos (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 15). E comenta a distinção que Damasceno faz entre as coisas que são boas em si mesmas e para o ser humano, as coisas que são más e as coisas que são más, mas podem ser boas quando se aplicam à criatura em estado de pecado. Deus quer com vontade antecedente as coisas boas para todos os agentes livres com uma vontade condicionada, porque essas coisas estão dependentes das decisões e das ações das causas livres. Contudo, como as causas livres, em função da sua autonomia e liberdade, podem eleger o mal, Deus pode querer com vontade consequente as coisas más para determinadas causas livres, mas apenas num sentido relativo e accidental em função dos castigos aplicados a essas mesmas causas. Molina define vontade consequente como “aquela pela qual, em função da soma de algumas circunstâncias, Deus quer uma coisa de maneira absoluta, ainda que nele permaneça a vontade do oposto” (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 18)³. Como a definição faz notar, Molina entende que a vontade consequente não é uma vontade absoluta em si mesma. É uma vontade absoluta dependente “da soma das circunstâncias” e uma resposta à ação da causa livre. Pelo contrário, a vontade antecedente pela qual Deus quer a salvação de todos os agentes livres, é uma vontade absoluta em si mesma, independente das circunstâncias. A vontade consequente é assim posterior à vontade antecedente e, desta forma, é também posterior à vontade condicionada (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 15).

A interpretação de Molina sobre a vontade antecedente e consequente e a defesa da doutrina da vontade condicionada, pela qual Deus quer a salvação de todos os homens desde

² “Cum vero nulla sit repugnantia Deum ita aliqua sub conditione velle, imo id, ut videbimus, sonent Scripturae, censentiatque maxime, tum cum bonitate ac pietate divina, tum etiam cum libertate et probatione, in qua positi sumus, ut ad quod voluerimus, sive vitam sive mortem, porrigamus manum, non video qua ratione ejusmodi actus a Deo debeat excludi” (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 14).

³ “(...) voluntas consequens est, qua aliquid ex adjunctione aliquarum circumstantiarum est absolute volitum, manente velleitate de opposito” (MOLINA, 1953, V, d. 1, 18).

que estes também queiram, acaba por ser uma crítica à interpretação genérica e restritiva das palavras de São Paulo feita por Agostinho e pelos reformistas. Molina considera que uma leitura que negue a vontade divina de salvar todas as criaturas particulares, é incompatível com o livre arbítrio, e com a ideia de que Deus criou todos os agentes livres para o fim último da beatitude. Para o jesuíta, Deus concedeu às causas livres a capacidade de decidir sobre as suas ações, e se a criatura realizar tudo aquilo que pode para alcançar a salvação, a graça divina está disponível para a ajudar, porque Deus quer que todas as criaturas se salvem e não deixa de disponibilizar os auxílios necessários para esse efeito (HELLÍN, 1960). Além disso, uma leitura genérica e restritiva é incompatível com a ação de Cristo enquanto redentor universal, como São Paulo indica na continuação do texto da referida epístola (vd. 1 Timóteo 2:5-6; MOLINA, 1953, V, disp. 1, 21). E, por fim, justifica o caso das crianças que morrem antes do batismo através das leis naturais e da condição humana, ou seja, Deus quer que o ser humano se salve a partir dos atos do livre arbítrio, mas também de acordo com as leis naturais e a causalidade do universo, na medida da condição pós-lapsária (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 13).

Além disso, Molina rejeita que a vontade divina a que alude São Paulo seja entendida como vontade de sinal, segundo a distinção de Tomás de Aquino, porque a vontade divina relativamente à salvação das criaturas ou é uma vontade de beneplácito eficaz relativamente aos sinais e auxílios que disponibiliza para que as criaturas cheguem à salvação ou é uma vontade condicionada dependente da ação destas. Portanto, Deus deve ter uma vontade de beneplácito que se cumpram os preceitos que conduzem à salvação sempre que as causas livres também o queiram, como indica Molina: “Deus tem uma vontade formal, pela qual quer que cumpramos os preceitos e recomendações que nos dá, se nós também queremos o mesmo” (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 22).

Molina considera que em Deus há uma vontade de beneplácito, formal e em sentido próprio, que todos os agentes livres se salvem, sem que essa vontade seja incompatível com a perfeição e o poder da vontade divina e com o livre arbítrio das causas segundas.

Sublinhe-se que a defesa de uma vontade em Deus formal e em sentido próprio relativamente à salvação das criaturas tem para Molina um limite bem definido: que se trate de uma vontade formal e em sentido próprio *condicionada* pela relação que estabelece com os resultados das ações do livre arbítrio. A condicionalidade não deriva de uma imperfeição ou ineficácia da vontade divina, deriva do ato absoluto da vontade de Deus de querer conservar as causas livres que criou e de querer respeitar as ações autonomamente realizadas por elas.

Portanto, uma vontade condicionada desta natureza é o resultado de uma vontade absoluta de Deus de *deixar ser a criatura de acordo com a sua natureza* e de a dignificar (MOLINA, 1953, V, disp. 1, 31).

3. A eficácia da vontade divina e a relação que estabelece com as causas segundas

Molina considera dogma de fé que aquilo que Deus quer com vontade absoluta se cumpra sempre (MOLINA, 1953, V, disp. 2, 1). No entanto, distingue dois significados para vontade absoluta. O primeiro significado consiste num ato eficaz da vontade divina que se concretiza inevitavelmente, independentemente de Deus agir sozinho ou através das causas segundas. Nestes casos a vontade divina eficaz não tem em consideração o livre arbítrio das criaturas. O segundo significado consiste num ato condicionado da vontade divina, que é um ato dependente do ato do livre arbítrio. Este ato da vontade divina é uma vontade absoluta, porque Deus quer respeitar o ato volitivo pelo qual criou causas livres e porque se apoia previamente na presciência divina certa e infalível (MOLINA, 1953, V, disp. 2, 1).

Para que se entenda o segundo significado deve ter-se em conta a doutrina da ciência média que Molina introduz na quarta parte da *Concordia* para explicar o conhecimento divino dos futuros contingentes e compatibilizar esse conhecimento com o livre arbítrio das causas segundas (MOLINA, 1953, IV, d. 52). Pela ciência média, em conjunto com as ciências natural e livre, Deus conhece tudo o que fariam as causas criadas, em função do seu livre arbítrio inato, nas infinitas ordens de coisas e de circunstâncias em que fossem colocadas (cfr. MOLINA, 1953, d. 52, 9)⁴. Portanto, como Deus conhece tudo aquilo que as causas livres fariam por si mesmas em qualquer ordem e circunstância, a escolha da ordem da criação é sempre o ato de uma vontade absoluta pela qual Deus quer que suceda o que sabe que sucederá nessa ordem (vd. CRUZ CRUZ, 2014). Por um lado, Deus quer com vontade condicionada que as causas livres realizem atos bons, e ao mesmo tempo, ao escolher a ordem da criação, quer com vontade absoluta que se realizem aqueles atos que sabe que se realizarão (vd. MOLINA, 1953, II, disp. 33, 20). Como esta vontade absoluta de Deus se apoia na presciência prévia proporcionada pela ciência média, cumpre-se sempre necessariamente. Conjugam-se deste modo vontade absoluta e vontade condicionada.

Como Deus conhece pela ciência média a totalidade dos resultados das ações das causas livres e o lugar dessas ações no conjunto da ordem do universo, a vontade absoluta de Deus

⁴ “Qua ex altissima et inscrutabili comprehensione cuiusque liberi arbitrii in sua essentia intuitus est, quid pro sua innata libertate, si in hoc vel illo vel etiam infinitis rerum ordinibus collocaretur, acturum esset, cum tamen posset, si vellet facere re ipsa oppositum”. Cfr. MOLINA, 1953, d. 52, 9.

aplica-se à totalidade dos acontecimentos no universo, incluindo as boas e as más ações produzidas pelo livre arbítrio das causas criadas. Não obstante, ainda que haja uma vontade absoluta de Deus subjacente à criação que se cumpre sempre, a vontade divina não necessita o resultado da ação da causa livre. Que se cumpra sempre a vontade absoluta divina é o resultado de esta vontade se apoiar na presciência certa e infalível. O que Deus quer com vontade condicionada não se realiza sempre, porque o livre arbítrio pode agir indiferentemente. Por isso as criaturas não praticam apenas atos bons e não respeitam sempre os preceitos divinos. Esse é o motivo pelo qual nem todas se salvam e chegam ao conhecimento da verdade.

Partindo da argumentação de Tomás de Aquino, Molina constata que se Deus não tivesse uma vontade absoluta de permitir os atos maus e não disponibilizasse o seu concurso geral como causa universal para a concretização destes atos, não poderiam ser produzidos pelas causas particulares. A conclusão de Molina é que Deus não quer todas as coisas que acontecem, quer que as causas produzam o que querem, como se pode observar nesta citação:

Deus não quer com vontade absoluta a existência de todos os seres reais que se produzem na natureza, ainda que queira com vontade absoluta concorrer com todos eles, pelo menos com o seu concurso geral, como causa universal de todas as coisas” (MOLINA, 1953, V, disp. 2, 8)⁵.

Para que se entenda como Deus pode com vontade absoluta concorrer com as causas livres, mesmo nas más ações, é importante ter presente a explicação de Molina sobre a natureza do concurso geral divino (MOLINA, 1953, II, disp. 26 e 33; ROMEYER, 1942; REBALDE, 2015, pp. 59-80). O concurso geral divino caracteriza-se por ser imediato, simultâneo, universal e indiferente. Ao cooperar deste modo com a causa segunda na produção da ação, Deus torna possível que seja esta última que especifique o ato. É pela especificação que a causa segunda realiza, usando o livre arbítrio, que se concretiza e se distingue a ação moralmente boa e moralmente má. No seguimento desta questão há dois aspetos a ter em consideração. Por um lado, o influxo divino que coopera com a criatura para que esta realize a ação é disponibilizado tanto para a boa ação como para a má ação. Deus disponibiliza um concurso geral indiferente que preserva a liberdade inerente ao arbítrio da criatura. Mas, como clarifica Molina, não se pode considerar que Deus seja responsável ou corresponsável pelos pecados por disponibilizar o seu concurso geral para as más ações especificadas pela causa segunda e por não suspender o concurso nesses casos. Esse efeito suprimiria a liberdade da causa segunda. Além disso, o

⁵ “Quo sit ut Deus non omnes entitates reales quae producuntur in rerum natura, velit esse voluntate absoluta, tametsi ad omnes voluntate absoluta velit concurrere, saltem per concursum generalem, atque ut universalis omnium rerum causa (...)” (MOLINA, 1953, V, disp. 2, 8).

concurso geral divino permanecer indiferente relativamente ao uso que a causa segunda faz dele ao especificar a ação, não significa que seja indiferente relativamente à vontade divina (QUERALT, 1977a, p. 8 e segs.). Deus disponibiliza o concurso geral para que seja bem utilizado. Quando a criatura faz um mau uso do concurso divino abusa do concurso e do livre arbítrio (MOLINA, 1953, d. 3, 10-11). Deus não é responsável pelo pecado nem no sentido formal nem no sentido material. O único responsável pelo pecado é o livre arbítrio da causa segunda, sem que o influxo divino incite ou determine nessa direção.

Deve acrescentar-se que a vontade divina de disponibilizar o concurso geral para que as causas segundas possam produzir os efeitos que decidirem segundo a sua liberdade é uma vontade antecedente (MOLINA, 1953, disp. 3, 12-13). Mas seria contra a natureza divina que Deus tivesse uma vontade antecedente que quisesse o pecado. Portanto, Deus quer com vontade antecedente e condicionada que se produzam as ações moralmente boas que, auxiliadas pela graça, sejam conducentes à salvação. E esta vontade antecedente e condicionada aplica-se a todos os agentes sem exceção na condição de que eles também queiram.

4. Últimas considerações

Nas questões tratadas, a doutrina de Molina sobre a vontade divina tem condições bem precisas: primeiro, que não seja entendida como uma vontade limitada, mas como uma vontade condicionada; segundo, que não queira o pecado ou seja responsável formal ou materialmente pelas más ações, mesmo que as possa querer circunstancialmente com vontade consequente; terceiro, que realce a bondade e a misericórdia divinas; quarto, que seja compatível com a autonomia e liberdade das causas criadas e com os efeitos contingentes que estas inscrevem na ordem da criação.

O comentário de Molina procura uma leitura que não seja genérica e restritiva da vontade divina e que assegure que Deus quer a salvação de todas as criaturas particulares. A análise da vontade divina nos termos da passagem da epístola de São Paulo constitui por isso uma análise preliminar e complementar ao âmbito da providência e da predestinação, fundadas na presciência, assegurada pela ciência média.

Molina defende que a vontade divina se cumpre sempre e procura conciliar esta vontade com a liberdade humana. Neste sentido, mostra que Deus tem uma vontade condicionada que depende das ações das causas segundas e uma vontade absoluta que antecede e sustenta a vontade condicionada e que é a causa da escolha da ordem da criação onde se realiza aquilo

que sabe previamente que se realizará. Sobre esta questão há dois aspetos a ter em consideração: primeiro, o livre arbítrio das causas criadas é o fator diferenciador e especificador com o qual se relaciona a vontade de Deus e que é responsável por uma determinada condicionalidade da vontade divina, entendida com limites bem precisos. Esta condicionalidade não é absoluta, porque há uma vontade absoluta antecedente que não apenas quer dignificar e emancipar a criatura como escolhe a ordem e os meios na qual esta se dignifica e emancipa. Segundo, a leitura de Molina apoia-se na ciência média, que enquanto forma de conhecimento prévio que assegura uma presciência certa e infalível dos futuros contingentes, permite sustentar e orientar os atos da vontade divina.

Contrariamente aos reformistas, a leitura de Molina, apoiada em Tomás de Aquino e João Damasceno, coloca a criatura particular no centro da passagem da epístola de São Paulo: *Deus quer que todos os homens se salvem sempre que estes também queiram*. Para Molina, ao ser trazida ao centro da decisão, a criatura é convocada a participar decisivamente no processo da sua própria salvação e só desse modo se pode entender plenamente o sentido da criação do homem à imagem e semelhança de Deus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTÍN DE HIPONA. *Enquiridión*. In: *Obras completas de San Agustín*, tomo IV. Ed. bilingue de A. Centeno. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1961.

AGUSTÍN DE HIPONA. *De la predestinación de los santos*. In: *Obras completas de San Agustín*, tomo VI. Ed. bilingue de E. López. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1971.

AUBIN, V. “*Aussi libres que si la prescience n’existait pas*”: *Luis de Molina, la science moyenne au secours de la liberte*. In: Bardout, J.-C.; Boulnois, O. (ed.). *Sur la science divine*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, pp. 354-381.

BÁÑEZ, D. *Apología de los hermanos dominicos contra la Concordia de Luis de Molina*. Trad. de J. A. Hevia Echevarría. Oviedo: Pentalfa, 2002.

CALVIN, J. *Commentaries on the Epistles to Timothy, Titus, and Philemon by John Calvin*. Trans. by W. Pringle. Edinburgh: Calvin Translation Society, 1856.

CRUZ CRUZ, J. *Predestination as Transcendent Teleology: Molina and the First Molinism*. In: Kaufmann, M. – Aichele, A. (ed.), *A Companion to Luis de Molina*, Leiden; Boston: Brill, 2014, pp. 89-121.

HELLÍN, J. *El axioma ‘facienti quod in se est Deus nos denegat gratiam’ in el P. Luis de Molina*. In: *Estudios Eclesiásticos*. Madrid, 35, 1960, pp. 171-199.

JOHN OF DAMASCUS. *De fide orthodoxa*. Ed. de E. M. Buytaert. New York: The Franciscan Institute St. Bonaventure, 1955.

- MCKIM, D. K. (ed.). *The Cambridge Companion to John Calvin*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MOLINA, L. de. *Commentaria in primam Divi Thomae partem*. Cuenca, 1592.
- MOLINA, L. de. *Liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione concordia*. Ed. de Iohannes Rabeneck. Oniae; Matriti: Collegium Maximum S. I.; Soc. Edit. "Sapientia", 1953.
- MOLINA, L. de. *Concordia del libre arbitrio con los dones de la gracia y con la presciencia, providencia, predestinación y reprobación divinas*. Trad. de J. A. Hevia Echevarría. Oviedo: Pentalfa, 2007.
- QUERALT, A. *Concurso universal indiferente en Luis de Molina*. In: *Archivo teológico granadino*. Madrid, 40, 1977a, pp. 5-17.
- QUERALT, A. *Libertad humana en Luis de Molina*. Granada: Facultad de Teología, 1977b.
- RABENECK, I. *Docuitne Molina praedestinationem hominum ad gloriam fieri 'ante' eorum praevisa merita?*. In: *Miscelánea Comillas*. Madrid, 18, 1952, pp. 9-26.
- RASOLO, L. *Le Dilemme du concours divin: primat de l'essence ou primat de l'existence?*. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1956.
- REBALDE, J. *Liberdade humana e perfeição divina na Concordia de Luis de Molina*. Famalicão: Húmus, 2015.
- ROMEYER, B. Libre arbitre et concours selon Molina. In: *Gregorianum*, 23, 1942, pp. 169-201.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica I Parte, Questões 1-43*, vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 2001.